

O EMPREGO NOS ANOS 1990: O REGIME MACROECONÔMICO IMPORTA?

Carlos Alberto Ramos

Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)

No transcurso da década passada, os indicadores do mercado de trabalho, no Brasil e no mundo, apresentaram tantas rupturas com respeito ao período que se estende desde as décadas de 1930 e 1940 até os anos 1970 e 1980 que o balanço está, ainda hoje, em aberto. Identificar novas tendências estruturais, dentro do emaranhado dos dados conjunturais, parece uma tarefa fadada a futuras retificações. As caracterizações e diagnósticos foram se sucedendo, prontamente fragilizados por dados posteriores e, rapidamente, pareciam condenados a fazer parte da história do pensamento econômico, como escassa utilidade para subsidiar o debate sobre as trajetórias futuras do emprego. O início de uma era, na qual o avanço tecnológico propiciava ganhos de produtividade de tal magnitude que o crescimento econômico não se traduziria em maiores oportunidades de emprego, foi um diagnóstico popularizado na primeira metade dos anos 1990 e prontamente sepultado pela experiência dos Estados Unidos na década, pródiga em elevações de produtividade, aumentos no PIB e abundante geração de novos postos de trabalho. Esses dados parecem outorgar validade às velhas receitas keynesianas: o melhor antídoto contra o desemprego é o dinamismo econômico, estável e prolongado.

Esse debate sobre as tendências de longo prazo nos indicadores do mercado de trabalho e as variáveis explicativas não esteve restrito ao Brasil, ainda que os indicadores locais o tenham alimentado. Em meados da década, quando uma não-desprezível corrente de pensamento, especialmente na Europa Continental, identificava um novo ciclo na história da humanidade, o progresso econômico não seria pródigo em novos empregos, os dados do país pareciam confirmar esse aparente novo fenômeno. O novo ciclo de crescimento (tanto no Brasil como na maioria dos países) estaria gerando poucos empregos e, especialmente, empregos precários. Nos países subdesenvolvidos, esse fenômeno já seria antigo, mas nas nações com maior desenvolvimento relativo a predominância de ocupações “atípicas” (empregos a tempo parcial, autônomos, empregos temporários etc.) seria um fenômeno novo. No caso do Brasil, entre 1993 e 1996, a elevação do PIB teve um desdobramento quase residual em termos de geração de empregos formais, fato que confirmaria essas hipóteses (ver Gráfico 1). Em 1994, por exemplo, a elevação do PIB foi de 5,85%, sendo o aumento do emprego com carteira de 1,76%.¹ Entre 1993 e 1996, a elevação do PIB foi de 18,82% e seu impacto sobre o número de empregos com carteira, 5,09%.² Nesses anos, o principal desdobramento sobre o emprego do aumento do PIB era sobre os espaços informais (sem

1. Os dados de emprego com carteira (emprego formal) são da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

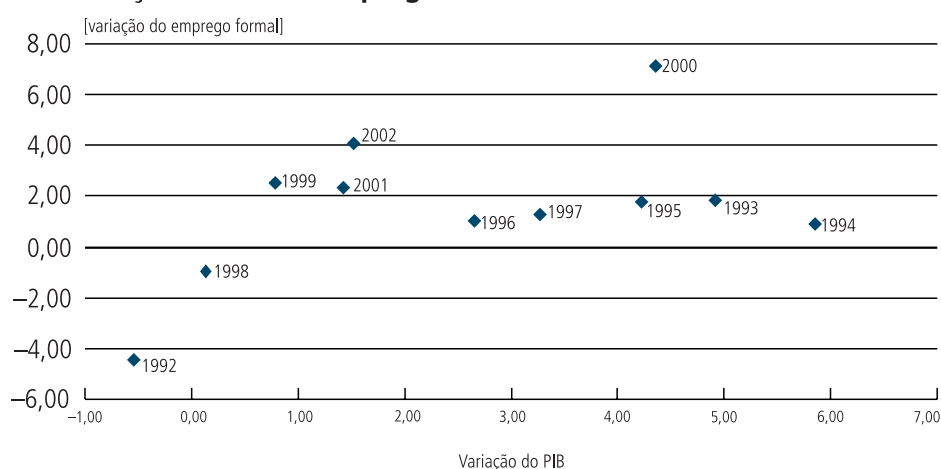
2. No caso da PNAD, os assalariados com carteira apresentaram aumento de 3,1% (1993-1996).

carteira e conta-própria). A variação do PIB de 18,82% entre 1993 e 1996 elevou o percentual de empregados com carteira em 0,88% nas grandes aglomerações urbanas e em 15,98% no caso dos informais (assalariados sem carteira e autônomos).³ Em 1994, por exemplo, ano no qual o PIB experimentou a maior taxa de aumento (5,85%), o emprego formal nas cinco principais áreas metropolitanas elevou-se 0,66% e 5,80% no caso de segmento informal (Gráficos 2 e 3).

O quadro parecia mais ou menos nítido. O Brasil, que acompanhava uma tendência mundial, estaria experimentando dois fenômenos: baixa elasticidade emprego-produto e precarização. Esse desempenho seria complementado por outro: uma acentuada perda de empregos industriais. As novas tecnologias e — por se tratar de um setor cuja oferta está integrada por bens comercializáveis — a acentuada concorrência nos mercados mundiais

GRÁFICO 1

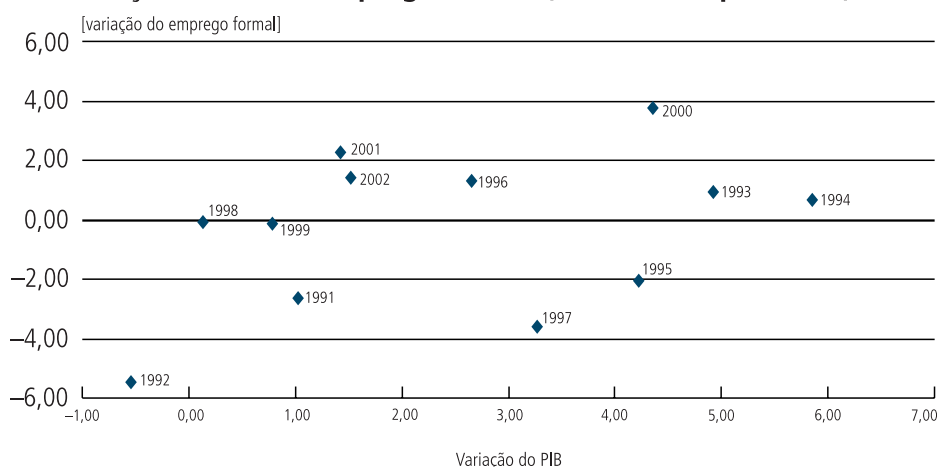
Variação do PIB — Emprego Formal



Fonte: Rais. Elaboração própria.

GRÁFICO 2

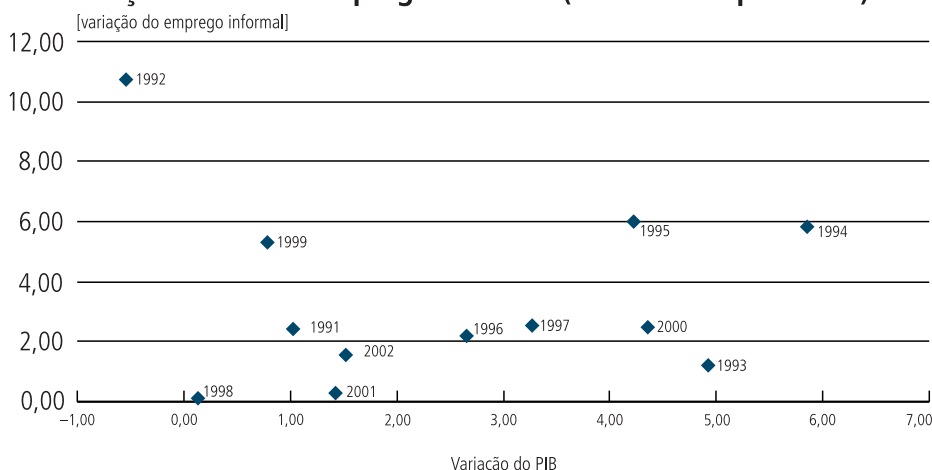
Variação do PIB — Emprego Formal (Áreas Metropolitanas)



Fonte: PME. Elaboração própria.

3. Os dados das áreas metropolitanas correspondem à Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. Recorremos a essa fonte para confrontar o emprego formal e o informal. Preferimos a PME, uma vez que a PNAD não foi a campo em 1994.

GRÁFICO 3

Varição do PIB — Emprego Informal (Áreas Metropolitanas)

Fonte: PME. Elaboração própria.

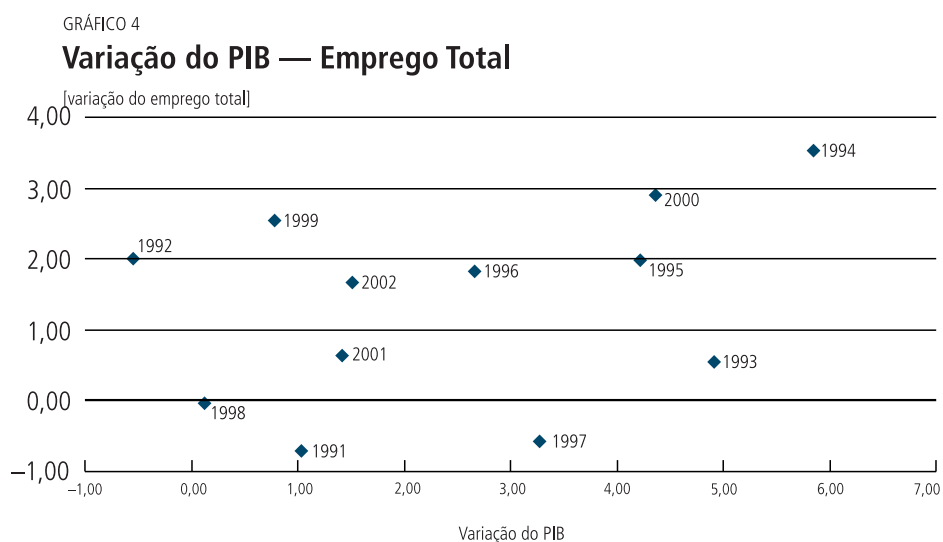
imporiam tais ganhos de produtividade que o resultado seria uma acentuada perda de empregos na indústria de transformação. Entre 1993 e 1996, por exemplo, esse setor, com exceção da indústria de produtos alimentícios, perdeu 102 mil empregos com carteira (-2,65%).⁴

A partir de 1996, o quadro de deterioração externa, já latente depois da crise mexicana ocorrida no final de 1994/1995, se acentua (Sudeste Asiático e Rússia) e o ciclo conjuntural ocultaria tendências mais estruturais. Porém, justamente, a insustentabilidade do regime macroeconômico vigente entre 1994 e 1998 (que utilizou a taxa de câmbio como âncora nominal) e sua substituição por um sistema de metas de inflação combinadas com taxa de câmbio flutuante mudam as relações antes mencionadas. A retomada do crescimento em novas bases teve impactos qualitativamente diferentes sobre o mercado de trabalho. O emprego formal reage de uma forma quase inesperada. Entre 1999 e 2002, diante de um crescimento do PIB de 8,30%, o estoque de assalariados com carteira se eleva quase 17%. Os papéis são invertidos e o emprego formal lidera a geração de novos empregos. Tomemos os grandes aglomerados urbanos e o ano de 2000, auge do dinamismo da nova etapa. O PIB se eleva 4,36%, redundando em aumento de 3,78% nos empregos com carteira e de 2,48% nos espaços informais (assalariados sem carteira e autônomos). Lembremos que, em 1994, um crescimento do PIB maior (5,85%) tinha como corolário um aumento de 0,66% nos assalariados registrados e de 5,80% no setor informal. No caso da indústria de transformação, o estoque de assalariados com carteira teve aumento de 15,62% entre 1999 e 2002 (um percentual similar, considerando ou não a indústria de produtos alimentícios). Em certos subsetores industriais, a elevação no estoque de assalariados formais é verdadeiramente exponencial: indústria de calçados (+41,88%), indústria mecânica (+22,71%), indústria têxtil e de vestuário (+19,80%), indústria química (+18,59%).

Qual é a nossa conclusão? O regime macroeconômico importa. Uma mesma taxa de crescimento do PIB pode ter como corolário diferenças não-desprezíveis nos impactos sobre o mercado de trabalho, tanto em termos setoriais quanto tendo como parâmetro a qualidade do emprego. A evolução da demanda de trabalho em boa parte dos anos 1990 não foi

4. Fonte: Rais. Não consideramos a indústria de produtos alimentícios porque esse ramo industrial tem um desempenho particular ligado ao agronegócio e, portanto, com poucos pontos em comum com os restantes subsetores da indústria de transformação.

produto de um fatalismo difuso em suas origens, nem de um determinismo tecnológico ou de tendências mundiais inexoráveis. A escolha de uma estratégia de estabilização sustentada em uma âncora nominal, aliada a uma abertura pouco criteriosa, teve impactos profundos sobre a elasticidade emprego formal-produto. Não obstante a crise da energia, os atentados terroristas, a desaceleração mundial, a *débâcle* argentina etc., a partir de 1999 a elevação do produto foi muito mais pródiga em termos de empregos formais. Entre 1993 e 1998, uma taxa média anual de crescimento do PIB de 3,49% foi acompanhada de uma média de aumento do emprego formal de 1,60%. Entre 1999 e 2002, os números foram de, respectivamente, 2,01% e 3,76%. Até mesmo o emprego total (formal mais informal) parece ser mais sensível (Gráfico 4). Entre 1993 e 1998, a taxa média anual de crescimento do emprego total, nos grandes aglomerados urbanos, foi de 1,21% e de 1,94% entre 1999 e 2002.⁵



Fonte: PME, Elaboração própria.

Uma atenta leitura do acontecido nos anos 1990 nos induz a pensar que o pessimismo das elasticidades, muito usual nesses anos, deve ser visto com cautela. A marcada diferença na resposta da demanda de trabalho, diante dos regimes macroeconômicos bem distintos, torna necessária uma reflexão sobre a comum separação ou segmentação entre a gestão macroeconômica (concentrada em questões como estabilidade de preços e crescimento) e a administração das questões trabalhistas (legislação, políticas de emprego etc.). Existem elementos que induzem a pensar que a fertilidade de uma dada taxa de crescimento do produto não se daria só por questões associadas ao mercado de trabalho senão também por aspectos qualitativos da gestão macroeconômica. No caso de se confirmar essa hipótese, seria necessário incorporar a dimensão emprego nas alternativas que procuram os objetivos de estabilidade e crescimento.

5. Fonte: PME.